

A GEOGRAFIA DO PARÁ EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Políticas Públicas, Gestão e Desenvolvimento Territorial

Coordenadores

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Everaldo Santos Melazzo

Organizadores

Antonio Cezar Leal
Carlos Alexandre Leão Bordalo
João Osvaldo Rodrigues Nunes

Colaboradora

Leonice Seolin Dias

1ª Edição
2017

Doutorado
Interinstitucional
em Geografia



Capítulo 3

GRANDES OBJETOS NA AMAZÔNIA: os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida.

Marcel Ribeiro Padilha²¹; Arthur Magon Whitacker²²

INTRODUÇÃO

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer para o país e para uma região a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1995, p. 15-16).

Os impactos causados pelo que se chama na Amazônia de “grandes projetos” (CASTRO; MOURA; MAIA, 1995), em especial, os agravos socioespaciais gerados à vida das pessoas localizadas na área onde se implantam estes grandes objetos técnicos, são a preocupação deste trabalho. Para quem um dado projeto é “grande”, no entanto, seria só uma das muitas questões a serem feitas.

O fato é que, esses grandes projetos, ou “grandes objetos”²³ (SANTOS, 1995), acabam por promover, a partir da intensidade de suas dinâmicas, a desestruturação da “condição espacial” de distintos e múltiplos sujeitos, promovendo assim, uma certa “morte espacial” destes, morte essa não somente expressa pela perda de uma propriedade; ou pela perda de uma casa (de um imóvel).

A “morte”, a que estamos nos referindo, é expressa a partir da perda de referência material e simbólica de determinados sujeitos sobre um espaço; o que implica, indissolúvelmente, a perda de sua “condição espacial” (CARLOS, 2011), de sua espacialidade

²¹ Professor Doutor da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins Cametá. E-mail: mpadinha@ufpa.br

²² Professor Doutor da Faculdade da Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente. E-mail: arthurmw@fct.unesp.br

²³ Os objetos técnicos funcionam apenas à base das informações que recebem dos centros de comando, sejam onde estiverem esses comandos e esses objetos. Essa é a problemática regional de uma região como esta (**a Amazônia**), uma região que resta natural, para uma quantidade de coisas e que, de sopetão, recebe objetos imensos, cheios de intencionalidades estranhas, dotados de uma força que jamais antes se viu a serviço do que não está aqui. Esta é uma realidade dramática, mas que cumpre estudar e analisar. (SANTOS, 1995, p. 19-20, grifo nosso).

(MASSEY, 2000; 2004; 2008). Esses sujeitos tiveram não “somente” sua casa (seu ponto de apoio logístico, sua moradia) subtraída e destruída; algo muito maior foi-lhes arrancado, trata-se da perda de seu “território recurso” e, principalmente, de seu “território abrigo” (SANTOS, 2000).

O subtraído e destruído desses sujeitos são: sua dimensão cotidiana de vida, seu modo de vida e suas referências de mundo; bem como, suas lembranças (lembranças feridas!), sua “lugaridade” (SOUZA, 2013) e “territorialidade” (HAESBAERT, 2005)²⁴, seu sentido de reconhecimento existencial e identitário.

O “Grande Projeto” em evidência neste trabalho, e sobre o qual dedicamos anos de estudo, é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, objeto técnico localizado no Estado do Pará, em plena Amazônia brasileira. Por que Belo Monte? E para quem Belo Monte? São algumas das perguntas que buscamos responder ao longo do trabalho. Não obstante, a qual “Belo Monte” se faz alusão? A Belo Monte do Governo Brasileiro? A Belo Monte do empreendedor e seus apoiadores? A Belo Monte combatida pelos defensores dos direitos humanos? A Belo Monte (“Monstro”) dos atingidos socioespacialmente? Falaremos sobre cada uma delas.

Para tanto, é importante ressaltar, que a apresentação destas “Belo Monte” é dada a partir de pesquisa realizada em diferentes documentos (a exemplo de documentos oficiais de instituições e/ou repartições públicas, de empresas, secretarias de governo, autarquias, institutos, universidades, relatórios técnicos, parecer técnico de cientistas e estudiosos do empreendimento); e a partir de distintas fontes, tais como reportagens de veículos de comunicação os mais variados (jornais televisivos, jornais impressos, site de notícias da mídia grande, sites de notícias não-hegemônicos, sites de notícias contra-hegemônicos, documentários, publicações científicas) que foram lidos e estudados por, pelo menos, seis anos.

Soma-se a essas ações uma minuciosa pesquisa de campo realizada *nos municípios* (portanto, não somente *nas cidades*) de Altamira e Vitória do Xingu, localizadas no Estado do Pará, porção oriental da Amazônia brasileira, tendo por intuito enxergar/conversar/conhecer os socioespacialmente atingidos pelo objeto Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O mesmo segue sendo construído no rio Xingu, em área que abrange os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Senador José Porfírio, na Amazônia Oriental, sudoeste do Estado do Pará.

²⁴ A territorialidade é concebida aqui nos termos de Haesbaert (2005), para quem “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Ao citar Sack (1986) completa este autor sua concepção de territorialidade: A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219 apud HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Posto isso, pode-se definir agora o propósito do presente artigo: analisar os impactos, de natureza socioespacial, causados pela construção de grandes empreendimentos, “os grandes projetos”, à escala da vida das pessoas há muito localizadas nos espaços onde são implantados esses empreendimentos. Almeja-se, portanto, discutir as transformações socioespaciais cotidianas, desencadeadas por projetos de reconhecido impacto territorial, à dinâmica de uma dada porção do espaço geográfico; qual seja à sub-região da Transamazônica e Xingu.

Como, todavia, foi pensado o trabalho?

Construiu-se este a partir de três premissas. A primeira é de *caráter epistemológico* e refere-se ao entendimento de que o espaço geográfico deve ser compreendido, analisado e explicado como uma tríade, qual seja: o *espaço-tempo* (sempre como unidade); a consideração da *técnica* (tida enquanto expressão maior da força criadora e destrutiva da humanidade sobre o espaço); e a *escala* (tida enquanto dimensão analítica espacial-conceitual-metodológica, de qualquer investigação geográfica). Ainda sobre a escala, é importante observar que estamos de acordo com (SPOSITO, 2013, p. 130), quando de sua afirmação de que,

Nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional. Toda a compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam e a dinâmica e os processos se desenvolvem, combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço (...) (SPOSITO, 2013, p. 130).

Bem como, estamos (também) de acordo com o entendimento de (SMITH, 2000, p. 143-144), quando de sua afirmação sobre a escala. Segundo este,

A construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados; o corolário também é válido. A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala *contém* a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa. Vista dessa forma, a produção da escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível [...] É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado. (grifo do autor).

A segunda premissa visa contemplar, especialmente, a dimensão política dos processos de natureza social. Trata-se da leitura da ação dos movimentos sociais, que atuam na formação socioespacial do Xingu, desde os anos 70 do século XX. Busca-se aqui, por meio da apresentação da fala/depoimento de alguns desses sujeitos militantes, demonstrar que, esses movimentos sempre tiveram bandeiras políticas de viés mais amplas, cuja importância transcende os interesses das escalas local/regional, tais como, por exemplo, as lutas pela/por: a) pavimentação da BR-230; b) políticas públicas de incentivo a pequenos e médios produtores rurais (visando assim dinamizar a economia local-regional); c) pela criação e/ou instalação na região de instituições importantes, a exemplo de Universidades (federal e estadual), Institutos, Conselho Tutelar, Ministério Público, Delegacia da Mulher, Defensoria Pública do Estado do Pará, dentre outras.

Pensamos, propomos e defendemos que a luta desses sujeitos sociais, materializada por meio de inúmeros e diversos movimentos acabou por gerar uma “malha institucional” de reconhecível destaque local e regional, junto ao centro urbano mais importante da região, qual seja, a cidade de Altamira, o que possibilitou o reforço do poder de polarização deste centro urbano perante os demais. Em outras palavras, a centralidade urbana exercida por Altamira junto às outras dez cidades da unidade sub-regional da Transamazônica e Xingu foi (em parte), construída a partir das conquistas, das lutas sociais encabeçadas pela Igreja Católica e os demais movimentos sociais que atuam nessa região.

A terceira premissa valoriza a dimensão ontológica. A partir da dinâmica reestruturadora imposta pela construção da UHE Belo Monte, no rio Xingu, Estado do Pará, Amazônia brasileira, percebemos que as críticas e resistências de algumas lideranças dos movimentos sociais de Altamira e região, a fala dessas pessoas, continham algo que, para nós, representava mais do que a defesa de uma concepção de vida (o que já expressa algo de extremamente válido e grande). Está(va) assim, para além da defesa de princípios ideológicos de natureza sociológica polarizante (dualista). Representa(va) uma espécie de luta pela permanência.

“Permanência” aqui significando não a negação da possibilidade de mudar (em termos locacionais; ato de ser deslocado no espaço) ou de mudança (em termos de vida), mas, significando SIM, a luta pela permanência de laços de vizinhança, de laços de amizade, de formas de apropriação do(s) espaço(s) e/ou de espaços, tais como: os espaços da(s) rua(s), do(s) bairro(s), da(s) vila(s) ou mesmo de comunidades (antes) situadas nas margens de uma estrada (vicinal ou travessão) ou na beira do rio. Em síntese, a permanência significa a defesa da lugaridade, da espacialidade existente “antes” de Belo Monte.

Não obstante, para entender a lógica da geração de energia – a partir da exploração dos rios e da degradação da vida em sua dimensão integradora, ou seja, a socioespacial – desencadeada por um grande projeto, é preciso entender a lógica de atuação do capital ligado à extração mineral, à expansão do agronegócio e, ao aumento da demanda de diferentes setores da indústria no Brasil. A comercialização do Alumínio no cenário internacional, por exemplo, é garantida pela construção e operação, de cada vez mais numerosas usinas eletrointensivas, indispensáveis a viabilidade dessa atividade extrativa, industrial e comercial de grande impacto socioambiental, cujo produto é destinado, em grande parte à exportação.

A UHE Belo Monte cumpre, como as demais hidrelétricas produzidas (e projetadas) na/para Amazônia, este propósito, qual seja: viabilizar o território para a atuação do grande capital (BECKER, 1990^a; 1990b; 1997; 2003). Daí a importância em recuperar os aspectos mais relevantes e historicamente responsáveis por dar vida a este objeto técnico. O trabalho, além desta introdução, traz ainda uma discussão sobre a escala geográfica e apresenta os impactos socioespaciais promovidos pelo grande projeto/objeto UHE Belo Monte.

DAS “GRANDES COISAS ARTIFICIAIS”²⁵ AO “GRANDE OBJETO”: a UHE Belo Monte

As pesquisas objetivando o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu foram iniciados ainda na década de 1970, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE). Na década de 1980 foram finalizadas as pesquisas de inventário e, durante a mesma década, foram desenvolvidos os estudos de viabilidade do que era chamado “Complexo Hidrelétrico Altamira”. No ano de 1988, foi conferida aprovação, através do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), do Relatório Final dos Estudos de Inventário. No fim da década de 1990, as Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS), *holding* estatal do setor no país, solicitou à ANEEL licença para realizar, em parceria com a ELETRONORTE, novas pesquisas de viabilidade da UHE Belo Monte. Estas foram entregues no ano de 2002, tendo em vista embargos judiciais que acabaram por determinar a interrupção dos estudos ambientais (ANEEL 2015)²⁶.

²⁵ SANTOS, 1995, p. 13.

²⁶ Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/hotsite_beloMonte/index.cfm?p=7, acessado em: 07 mai. 2015.

Em julho de 2005, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº. 788/2005, autorizou a ELETROBRÁS a concluir os estudos. No mesmo ano, em agosto, a estatal e as construtoras *Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht* assinaram Acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental da já “Usina Hidrelétrica Belo Monte”. No ano de 2009, os estudos foram entregues à ANEEL²⁷, já com os produtos dos estudos ambientais (EIA/RIMA), repassados concomitantemente aos cuidados do IBAMA (ANEEL, 2015).

Segundo informações presentes no Plano Básico Ambiental da obra, em sua versão final (setembro/2017), o arranjo geral da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, contido no Projeto Básico de Engenharia, documento referência para elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA), é bastante similar ao arranjo definido nos Estudos de Viabilidade²⁸ elaborados pela Eletronorte/Eletróbrás no ano de 2002.

Segundo a empresa Norte Energia (agente responsável pela UHE Belo Monte), a concepção do empreendimento dar-se-á por meio do aproveitamento de cerca de 90 metros de desnível natural existente ao longo de 150 km da Volta Grande do Xingu, entre a cidade de Altamira e as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, respectivamente situadas nos municípios de Vitória do Xingu e Anapu.

Esse aproveitamento se faz através da configuração de um reservatório com dois setores: a casa de força principal e o vertedouro complementar. Conforme ainda o PBA, o arranjo geral da UHE Belo Monte, caracteriza-se por apresentar “sítios de obras (locais de construção) distintos e distantes entre si”, desde as obras do barramento propriamente dito do rio Xingu, no sítio denominado Pimental, até o sítio Belo Monte, onde foi construída a Casa de Força Principal (NORTE ENERGIA, 2011).

²⁷ Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada para regular o setor elétrico brasileiro, por meio da **Lei nº 9.427/1996 e do Decreto nº 2.335/1997**. Cabe a ela a elaboração de toda a normatização necessária sobre o sistema elétrico brasileiro, desde as geradoras (onde ocorre a produção de energia) até sua distribuição junto à rede de fornecimento (onde ocorre a distribuição de energia). É função dela ainda: regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; fiscalizar diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica; implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos; estabelecer tarifas; dirimir as divergências na esfera administrativa, entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores, e **promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal**. Grifo nosso

²⁸ Documento que serviu de base para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) – elaborados pela Eletrobrás, no ano de 2009, com o título de “Usina Hidrelétrica Belo Monte – Relatório Final do Projeto Básico de Engenharia”, elaborado pelas empresas Intertechne Consultores, Engevix Engenharia e PCE Projetos e Consultoria de Engenharia, e apresentado pela Norte Energia S.A. (NESA) à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para fins de análise e aprovação.

A distância entre os dois sítios, em linha reta, é de aproximadamente 40 km. Entre estes foi construído um sistema de adução à Casa de Força Principal, constituído pelo Canal de Derivação e pelo Reservatório Intermediário, formado por diques e canais de transposição. Esses canais de transposição foram escavados (em selas topográficas), ao longo do Reservatório Intermediário, com a finalidade de condução das vazões para geração de energia no Sítio Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2011).

As obras da Usina se fizeram de maneira fragmentada no território. Dentre os principais locais de obras cita-se: os sítios Belo Monte, Pimental e Canais. O Sítio Belo Monte fica na margem esquerda do rio Xingu, localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica e a cerca de 10 km a jusante da interseção do rio Xingu com essa rodovia, no local denominado Belo Monte. Na interseção do rio com a rodovia havia uma antiga comunidade, a Comunidade de Santo Antônio. Esta foi completamente destruída e seus moradores “removidos” para dar lugar à casa de força principal da UHE Belo Monte.

Nesse local onde antes existia a vila e a comunidade de Santo Antônio, foram construídos a Casa de Força, a Tomada de Água Principal e o Canal de Fuga Intermediado por barragens, em particular, a Barragem de Santo Antônio. O Sítio Pimental está localizado a 40 km a jusante da cidade de Altamira, e nele foram implantados o barramento principal do rio Xingu, o Vertedouro e a Tomada de Água e Casa de Força Complementares. Por meio da figura acima é possível ter um panorama do “grande objeto”.

Figura 01: Arranjo Geral UHE Belo Monte.

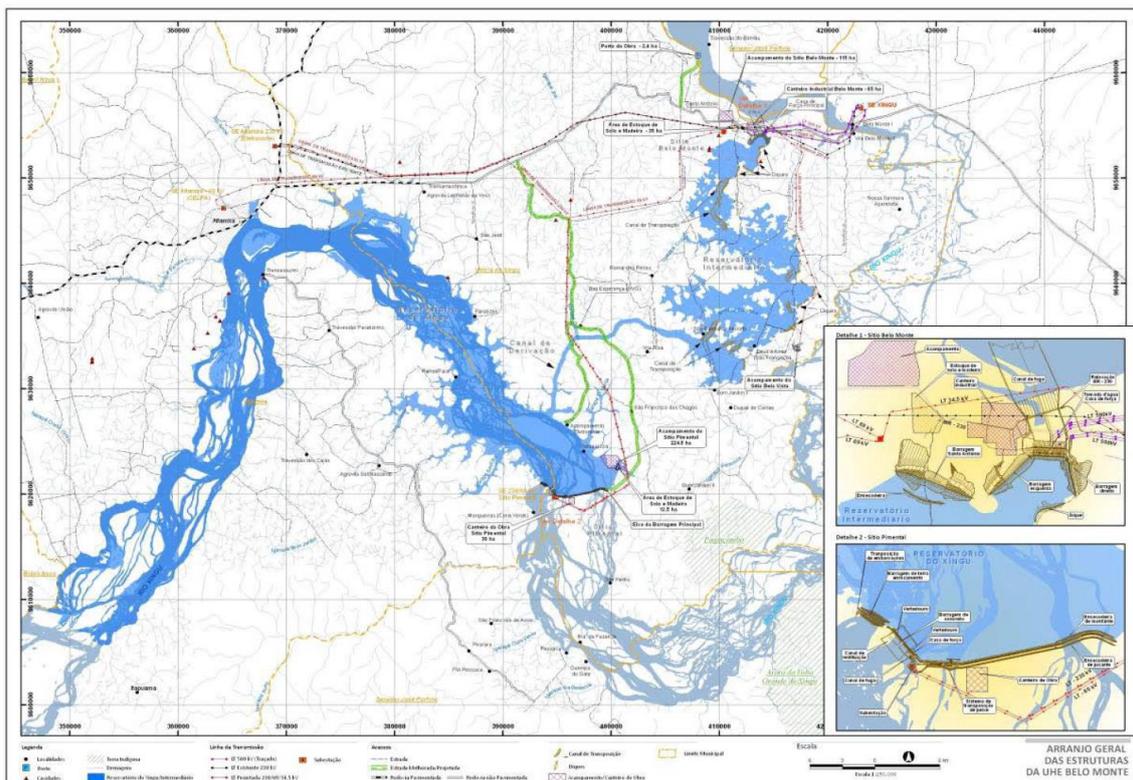


FIGURA 1.2-1 - Arranjo geral da UHE Belo Monte segundo Projeto Básico de Engenharia (NESA, 2010)

Fonte: Extraído de NORTE ENERGIA, PBA – versão final, 2011.

Quanto à ocupação de territórios municipais, o Sítio Belo Monte situa-se inteiramente dentro dos limites do município de Vitória do Xingu, enquanto que o Sítio Pimental ocupa áreas dos municípios de Vitória do Xingu e Altamira, com seu eixo de barramento posicionado na calha do rio Xingu, elemento geográfico de divisão municipal. Cabe mencionar ainda que a manutenção no Projeto Básico de Engenharia das estruturas do aproveitamento, em especial, do eixo de barramento principal definido nos “Estudos de Viabilidade de 2002” manteve as características da área destinada a servir como reservatório da Usina (NORTE ENERGIA, 2011).

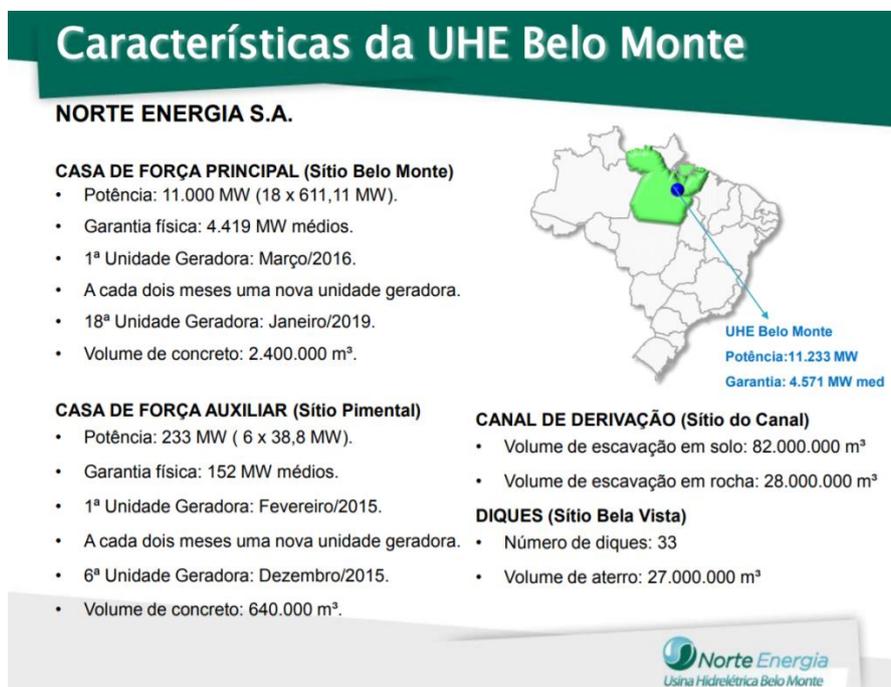
Com isso foi possibilitado ao reservatório, segundo o empreendedor, acumular um volume da ordem de $4.802,3 \times 10^6 \text{ m}^3$, ocupando uma área de 516 km^2 . Dessa área, 386 km^2 correspondem ao reservatório da calha do rio Xingu e 130 km^2 ao Reservatório Intermediário. Segundo a Aneel, a UHE Belo Monte, quando de sua entrada em operação de forma completa, irá compor o Sistema Interligado Nacional (SIN), contribuindo assim para expansão da oferta em todo o País (ANEEL, 2015)ⁱ.

Conforme ainda a Aneel, o estado do Pará e os municípios diretamente afetados pelo reservatório receberão Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Pelas estimativas do governo e da Norte Energia, deverão ser gerados R\$ 174,8 milhões por ano, a serem distribuídos ao estado do Pará e aos municípios afetados, além dos ministérios de Meio Ambiente e Minas e Energia, e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) (ANEEL, 2015).

Além disso, o município de Vitória do Xingu, onde estão instaladas as Casas de Força Principal e Complementar, também será beneficiado pelo recolhimento do ICMS incidente sobre a geração de energia. Em síntese, a UHE Belo Monte (para o Estado brasileiro e para o empreendedor), não representa somente um objeto técnico em muito aperfeiçoado social e ambientalmente. Representa um verdadeiro “projeto de desenvolvimento”, capaz de conjugar os mais nobres princípios da eficiência técnica, do crescimento econômico, da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

O Estado e a Empresa alimentam a crença de que, apesar de alguns impactos, classificados como de natureza “leve” e “compensável”, e de alguns “imprevistos” ao longo de todo o processo de concepção do empreendimento, a UHE Belo Monte é o futuro, o espaço aberto, o espaço enquanto expressão de infinitas possibilidades às populações da região do Xingu.

Figura 02: Caracterização da UHE Belo Monte.



Fonte: NORTE ENERGIA. Disponível: <http://norteenergiasa.com.br/site/>. Acesso em: 16 out. 2015.

Porém, como pode/poderia o objeto UHE Belo Monte representar/cumprir esse papel?

O GRANDE PROJETO/OBJETO UHE BELO MONTE: das escalas, dos impactos socioespaciais e os sujeitos socioespacialmente atingidos.

Os impactos “leves”, as “compensações” e os “imprevistos” na verdade são representações de uma forma de conceber o espaço, o desenvolvimento e as “identidades territoriais” (ARAUJO; HAESBAERT, 2007), forma esta que nada possui de aberto, tendo em vista ser produto de práticas espaciais condenáveis socioambientalmente e de concepções há muito conhecidas, capazes de representar racionalidades hegemônicas, em outras palavras, subalternizadoras.

Concepções que caminham a partir do apontamento de “uma trilha”; trilha esta feita pelos outros, pensada fora do lugar, a partir da crença no poder econômico e repressivo do Estado, que atua como parceiro do capital, seja este local ou global e que entende “as vidas”, enquanto sinônimo de espacialidades (de territórios, lugares) que podem (sempre) ser “compensadas”.

É onde a territorialidade indígena, a lugaridade camponesa e ribeirinha e a sociabilidade das periferias dos núcleos urbanos são negadas. Negação esta expressa por meio da espoliação dos sujeitos de seu espaço de referência identitária e que, justamente por ser concebida a partir dessa racionalidade, fecha o espaço, posto que é incapaz de enxergar outros horizontes, de aceitar e propor outras racionalidades.

As espacialidades existentes antes da implantação junto ao território, da UHE Belo Monte, que foram marginalizadas e/ou marginalmente consideradas, deram-se ainda enquanto formalidades. Exigências haviam a serem cumpridas enquanto “condicionantes” para a efetiva realização do conjunto de obras, responsáveis por viabilizar, a UHE Belo Monte. Ou seja, negou-se a construção relacional das distintas “*subjetividades políticas*” que conformam um território, já que a identidade e a inter-relação dos diferentes grupos sociais dá-se conjuntamente, ou seja, o espaço é necessariamente parte integrante e produto desse processo de constituição identitária.

Assim, não somente existe um paralelo entre a maneira de conceitualizar o espaço e a maneira de conceitualizar identidades/entidades (tais como sujeitos políticos), mas também o espaço é, desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas (MASSEY, 2004, p. 9).

E como tal, aberto a apresentação/construção de novas proposições de desenvolvimento, posto que o caminho efetivo para um reconhecimento sério da multiplicidade e da diferença, passa pelo reconhecimento da espacialidade. Em síntese, *“para que haja multiplicidade (e, por extensão, para que haja diferença) deve existir espaço”* (MASSEY, 2004, p. 10).

[...] O argumento é que, para a conceitualização de espaço/espacialidade, é crucial o reconhecimento de sua relação essencial **com** e de sua constituição **através da** coexistência da(s) diferença(s) - a multiplicidade, sua habilidade em incorporar a coexistência de trajetórias relativamente independentes. Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias - onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações (MASSEY, 2004, p. 17, grifo nosso).

Esse entendimento, em nossa concepção, deve ser valorizado, mas, historicamente vem sendo negado, tendo em vista a natureza dos projetos de inspiração “desenvolvimentistas” ou “neodesenvolvimentista”, a exemplo de Belo Monte. A concepção que alimenta os grandes projetos, pensados para Amazônia, desde o início do século XX, negam ou mesmo suprimem espacialidades.

Oferecem aos territórios espacialidades alienígenas, estranhas ao lugar, negando, portanto, a espacialidade como a esfera da justaposição potencial de diferentes narrativas, do potencial de forjar de novas relações, posto que a espacialidade é (também) uma fonte de produção de *novas* trajetórias, de *novas* estórias. É uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças tal qual nos fala Massey (2000; 2004 e 2008).

Dentro dessa perspectiva é que trataremos sobre o significado, em termos de práticas espaciais²⁹, de objetos como a UHE Belo Monte. E, em que pese toda a complexa estruturação, reestruturação espacial que objetos de tal envergadura promovem (são capazes de promover), focaremos nos impactos às “escalas da vida”. E demonstraremos, nas seções seguintes, o quanto, os grandes projetos, imbuídos de uma concepção de desenvolvimento, contribuem para “desfigurar” territórios, cidades, lugares e, concomitantemente, territorialidades, espacialidades, lugaridades.

²⁹ As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo (CORRÊA, 1995, p. 35).

Isso, não obstante, pressupõe uma escolha metodológica. *“Uma estratégia de apreensão da realidade”* e a definição do que deva ser *“objeto de evidencialização”*. Por isso, é importante realizarmos um debate sobre a escala, e como esta vem, nos trabalhos mais recentes, sendo tratada pela ciência geográfica.

O desafio lançado a qualquer pesquisador, ou estudioso de determinada temática, é o de buscar junto à realidade, os elementos explicativos capazes de dar coerência para a leitura/interpretação e análise dos fenômenos. Em que pese, não obstante, o destaque aos elementos e ao fenômeno em si, é importante dar visibilidade, notoriedade ao fenômeno. E neste sentido, a escala cumpre (vem cumprindo) importante papel junto à Geografia, tendo em vista servir (como *“espaço concebido”* e *“representação do real”* que é) para entendimento e análise de partes da totalidade social (CASTRO, 2014). E como *“representação da realidade”* está aberta às formulações espaço-temporais igualmente concebidas como abertas.

É importante ressaltar que, nossa concepção de escala nada tem a ver com a proposição da ciência matemática. Em outros termos, trataremos aqui de *“escala geográfica”* e não de *“escala cartográfica”* (RACINE; RAFESTIN, C.; RUFY, 1983), apesar de termos a última como um importante recurso, de natureza instrumental, de representação da realidade. Por *“escala geográfica”*, concebemos (a escala) enquanto *“um artifício analítico que confere visibilidade à parcela ou dimensão da totalidade social”* (CASTRO, 1995; 2014). Como esta, a realidade, só pode ser apreendida por representação e por fragmentação, a escala constitui uma prática de observação-interpretação e análise do mundo (da totalidade-mundo).

Em que pese, todavia, à escala geográfica possibilitar a representação da realidade, a delimitação *“do fragmento do real”* a ser representado e a escolha da melhor maneira de representar o real objeto de análise, não se resume à representação gráfica. Em nosso entendimento, a simplicidade matemática da escala, como medida de representação gráfica, esconde a complexidade do conceito quando se trata de recortar a realidade.

[...] Este recorte supõe, consciente ou inconscientemente, uma concepção que informa uma percepção do espaço total e do “fragmento” escolhido. Em outras palavras, “a utilização de uma escala exprime uma intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto” (BOUDON, 1991, p. 123 apud CASTRO, 2014, p. 90). As diversas escalas supõem, portanto, campos de representação a partir dos quais é estabelecida a **pertinência do objeto**; mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente a pertinência do sentido atribuído ao objeto. **Na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise considerada mais apropriada.** Mas a escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado³⁰ (CASTRO, 2014, p. 90, grifo nosso).

Para Castro (2000; 2014) a escala é então: a) a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida (acrescentaríamos “vivida”); b) é uma forma de dar-lhe um significado (significado este que, em nosso entendimento, varia conforme a espacialidade, territorialidade, conhecimento-historicidade do sujeito em relação ao meio), um ponto de vista (advertiríamos: ponto de vista embasado, enraizado e estratégico) capaz de modificar a percepção da natureza desse espaço e; finalmente, c) um conjunto de representações coerentes e lógicas, capazes de definir modelos espaciais de totalidades sucessivas, não dadas em progressão linear, mas, por medidas de aproximação graduais.

Portanto, para o campo de pesquisa da geografia não há recortes territoriais sem significado explicativo, **o que há, muitas vezes, são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas espaciais em detrimento de outros fenômenos e de outras escalas.**

Neste sentido, nunca é demais ressaltar que **a escala como estratégia de apreensão da realidade, define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado.** Embora este seja passível de representação cartográfica, os níveis de abstração para a representação que confere visibilidade ao real são completamente diferentes da objetividade da representação gráfica – o mapa ou a planta e a maquete (...) o lugar, a região, o território nacional, o mundo, numa perspectiva dos espaços convencionais (CASTRO, 2014, p. 90-91, grifo nosso).

Se concebermos, não obstante, *“a escala como a medida escolhida para conferir visibilidade ao fenômeno”* (CASTRO, 2000; 2014), é importante partir de entendimento do espaço como sendo construído. O espaço (concebido enquanto localização do fenômeno, recorte do fenômeno e enquanto fenômeno) é socialmente construído, ou seja, produto das relações sociais e da escolha do pesquisador (LEFEBVRE, 1999).

³⁰ Desse modo, Boudon (1991, p. 186 apud CASTRO, 2014, p. 90) define um sentido epistemológico concreto: [...] a escala não existe, por isto mesmo ela constitui um problema. (...) Como pertinência da medida ela recobre uma infinita variedade de possibilidades. Ela é por natureza multiplicidade, e como tal irredutível a um princípio único, a menos que um tal princípio seja arbitrariamente colocado.

Definir, por conseguinte as escalas local, regional, nacional e global como recortes significativos, não obedece a qualquer formalismo restritivo das possibilidades heurísticas da análise de quaisquer fenômenos nessas escalas. Há muitas outras possibilidades de estabelecer escolhas sobre fenômenos e recortes do espaço (SANTOS, 2004b; 2005; 2008a). O que não se deve (metodologicamente) é negar uma escala em detrimento de outra, ou mesmo negar a relevância da escala (SMITH, 2000). Proceder assim implica(ria) “um desserviço à pesquisa em geografia” (CASTRO, 2014, p. 91).

Falemos, agora, sobre o “grande objeto” UHE Belo Monte e seus impactos socioespaciais como forma de exemplificarmos o que estamos teoricamente discutindo. Sempre a partir da consideração da escala, seja como estratégia metodológica de interpretação da realidade, seja enquanto o apontar de práticas políticas renovadas.

Por meio da proposição de um debate sobre Belo Monte, é possível inferir várias possibilidades analíticas. Caso queiramos entender como se expressa a relação entre os setores público e privado no Brasil, Belo Monte serve como uma espécie de exemplo emblemático; e caso queiramos entender a envergadura dos impactos socioespaciais promovidos pelos grandes projetos na Amazônia, por meio do uso ou adoção de uma perspectiva de base escalar, é possível à realização de uma leitura renovada dos processos e práticas socioespaciais.

A UHE BELO MONTE E (AS MUITAS) MANEIRAS DE CONFERIR VISIBILIDADE AO REAL: a força, importância e potência de uma interpretação de base escalar.

Projeto da ditadura militar, mas somente executado no período democrático, por governos considerados progressistas (os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff), a UHE Belo Monte é a expressão de um lado sombrio da corrupção brasileira. Corrupção esta historicamente construída/constituída e que tantas mazelas sociais já causou ao país. Segundo as palavras de uma intérprete do Brasil contemporâneo (que há muito acompanha o debate sobre Belo Monte), a jornalista Eliane Brum,

[...] Belo Monte revela as vísceras de um modo de operação que se consolidou na ditadura, atravessou vários governos da democracia e permanece até hoje. A Amazônia, tanto como criadora de sentidos para o Brasil quanto como lugar concreto onde as disputas entre os vários atores se dá, **não é a periferia do país, mas o centro**. O que precisamos, talvez, seja deslocar o olhar para ajustar o foco (BRUM, 2015, grifo nosso).

A fala provocativa da jornalista evidencia a natureza escalar presente em sua análise. A Amazônia é o centro do Brasil para ela, tendo em vista a região possibilitar uma forma mais objetiva de entendimento do país, a partir da leitura das relações público-privado estabelecidas para dar vida à UHE Belo Monte. A jornalista “recortou o real” a partir de um grande projeto implantado na Amazônia, e tratou “o fenômeno”, a corrupção, como “fruto de uma ligação promíscua entre os setores público e privado ocorrida durante a fase de concepção e implantação da UHE Belo Monte” (estratégia adotada para conferir visibilidade ao real). Esse foi o caminho escolhido pela jornalista.

Por meio da eleição de determinadas fontes de informação e da geração/produção de dados é possível a construção de uma linha interpretativa sobre um dado problema, problemática social. A partir de dados obtidos junto às publicações do ISA, Instituto Socioambiental, organização que atua em Altamira, acompanhando o cumprimento (ou o não cumprimento) das condicionantes socioambientais da obra pelo empreendedor (a empresa Norte Energia), das publicações da Fundação Getúlio Vargas (Indicadores de Belo Monte), dos relatórios técnicos do IBAMA, da leitura das Ações Civil-Públicas movidas pelo Ministério Público Federal, dentre (muitos) outros documentos importantes, além de entrevistas e da aplicação de questionários junto aos atingidos pelas obras de Belo Monte, foi possível construir uma linha interpretativa sobre os efeitos, sobre os impactos socioespaciais gerados, seja pela construção da obra (do conjunto de obras) de Belo Monte, seja pelo não cumprimento das medidas mitigatórias (obrigatórias) previamente acordadas entre o IBAMA, órgão fiscalizador e o empreendedor de Belo Monte, a empresa Norte Energia S/A.

A escolha por dar visibilidade aos impactos à vida das pessoas representa, portanto, uma forma de conferir visibilidade ao real. Somos conscientes sobre as muitas outras possibilidades de escolhas e eleição de “rotas e caminhos”, tais quais as que elegem a potencialidade econômica da obra e a reestruturação do território pelo Estado para o Capital. E, o quanto isso pode, a partir de outras perspectivas analíticas, significar ganhos à sociedade amazônica e brasileira.

Nossa escolha, não obstante, implica em falar a partir da experiência dos hegemonizados, dos subalternizados, dos desterritorializados (HAESBAERT, 2004), deslugarizados (SOUZA, 2013), dos precariamente incluídos (SOUZA, 2002). Este trabalho não caminha, portanto, a partir de um estilo de redação e narrativa que fala/aborda acerca dos aspectos positivos e negativos de Belo Monte. Em nosso entendimento, uma obra cujo

orçamento é superior a 30 bilhões de reais³¹, dos quais se destinou às compensações socioambientais o montante de 3,7 bilhões, não deveria gerar como produto “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007).

A resolução dos impactos socioambientais gerados, a partir dos grandes projetos, não pode ser pensada somente enquanto compensação monetária, a partir da lógica “destruímos depois pagamos/indenizamos/compensamos”. Esse modelo de geração de energia, adotado no Brasil e outros países da América do Sul deve ser repensado. Abandonado mesmo! O período técnico atual já nos permite conceber outro meio técnico, mais apropriado às necessidades de nosso tempo³². E, o mais o importante, é preciso certificarmos de algo (sumamente) importante; nem tudo é passível de ser compensado.

Os impactos promovidos pelos grandes empreendimentos técnicos no mundo atestam isso. Em outras palavras, não é possível falar em desenvolvimento sem o alcance/a promoção de uma plena satisfação socioespacial. As transformações causadas pelas obras e ou dinâmica da UHE Belo Monte Belo, bem como os impactos à escala da vida das pessoas direta e indiretamente atingidas pela Obra, vêm sendo denunciados por organizações socioambientais, movimentos sociais, lideranças da região da Transamazônica e Xingu e pesquisadores independentes (BRUM, 2015).

Denúncias que são diversas, tendo em vista as várias problemáticas causadas por Belo Monte aos não menos diversos agentes e/ou sujeitos sociais atingidos socioespacialmente pelo empreendimento. A partir da consideração da escala é possível criar diferentes tipologias para interpretação e análise do mundo. Tipologias estas que variam da escala do corpo ao mundo, sem que isso implique, de maneira mecânica, o estabelecimento de hierarquias ou níveis analíticos. Garantindo assim a pertinência do sentido atribuído ao objeto de análise, objetivando melhor observar, mensurar e dimensionar um dado fenômeno³³.

³¹ O custo da hidrelétrica, segundo o Tribunal de Contas da União, é estimado em 33 bilhões de reais. Na época do leilão estava orçado em 19 bilhões de reais. A maior parte destes recursos vem de um banco público, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

³² Expressos no desenvolvimento de outras fontes de energia, a exemplo da biomassa, da energia eólica, da força dos mares, energia solar dentre outras.

³³ Em outras palavras, mudança de escala implica transformações qualitativas não hierárquicas do fenômeno observado que precisam ser explicitadas. Nunca é demais realçar que considerar a escala na geografia é basicamente pensar em recortes significativos para a análise dos fenômenos. Nesta perspectiva, Le Moigne (1991 apud CASTRO, 2014) aponta o significado heurístico da escala como recurso para fazer face às múltiplas possibilidades de medidas de um mesmo fenômeno. Para ele, a escala, além de ser um operador de correspondência com o real, é também percepção, concepção e um operador de complexidade (CASTRO, 2014, p. 91-92).

Dito isto e a partir da consideração do que representa a UHE Belo Monte para os socioespacialmente atingidos, verifica-se que, por meio da escala, é possível considerar diferentes perspectivas de análise e de apresentação/representação de aspectos da realidade, tais como: os impactos à territorialidade/identidade dos grupos indígena presentes na região do Xingu; os efeitos desestruturadores sobre a vida de ribeirinhos e camponeses, fruto da espoliação destes de seus lugares, além das implicações socioespaciais causadas aos moradores da cidade de Altamira, em especial, aos que moravam nas porções sujeitas a alagamentos periódicos do rio Xingu, os chamados baixões da cidade.

Há um completo desencontro entre o discurso do Estado e do empreendedor de Belo Monte e o das populações atingidas socioespacialmente pelo grande projeto. Os primeiros dizem ser Belo Monte o progresso, o caminho para o desenvolvimento. Já os segundos a tem como destruidora de espacialidades, violadora de direitos, o avesso do desenvolvimento, a natureza insana do quê se autointitula progresso. Porém, as informações e os números de Belo Monte referendam a posição dos atingidos. Vejamos por meio de exemplos (informações, dados secundários e primários) o que ora se afirma.

Da visibilidade do real: os impactos aos povos indígenas.

Belo Monte significou para os indígenas do entorno da obra a completa descaracterização de seus modos de vida. O indígena é um sujeito territorial por excelência. A alteração em seu território impacta-o diretamente. A implantação de Belo Monte, implicou na dependência deles em relação ao empreendedor, tornando-os pedintes de cestas básicas e consumidores de produtos industrializados, prática essa que, antes de Belo Monte, não existia.

A obra fragmentou grupos indígenas, desintegrou aldeias, tornando-os mais fracos politicamente, além de deixá-los doentes. Os índices de exploração ilegal de madeira dispararam na área de influência da obra e a Terra Indígena Cachoeira Seca foi uma das mais afetadas pela presença do objeto técnico UHE Belo Monte no território. Foram extraídos mais de 200.000 metros cúbicos de madeira só no ano de 2014, quantia suficiente para encher mais de 13.000 caminhões madeireiros e atribuir à TI Cachoeira Seca o título de mais desmatada do Brasil (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

Esse processo delega ao indígena

[...] um lugar como alegoria no imaginário nacional, como um componente de formação cristalizado no passado, quase uma gravura. Mas sua existência concreta, sua história em movimento, e, principalmente, sua resistência como protagonista histórico, o torna perturbador. A ideia dos povos indígenas como “entraves”, agora não mais ao progresso, mas ao “desenvolvimento”, persiste no senso comum. E “entraves” precisam ser “removidos”. Seja pelo extermínio direto, o que já não é possível numa democracia (**será?**), seja pelo extermínio cultural, como a Norte Energia e o governo fizeram – e estão fazendo – em Belo Monte (BRUM, 2015, grifo nosso).

A escala tratada aqui é a do território e a do corpo. Não é simples a eleição da melhor maneira de tratar o assunto. Importa destacar, entretanto, que para

[...] os “hegemonizados” o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaison e Cambrèzy (1996), “perder seu território é desaparecer”. O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica *a priori* para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas, as mais radicais, de apego às identidades territoriais (HAESBAERT, 2005, p. 6777).

A situação/contexto dos diferentes povos indígenas que vivem em Altamira e região é representativa do que se apresenta na citação acima. De um lado preocupa de outro traz esperança, a esperança na força dos fracos (SANTOS, 2004b).

Da visibilidade do real: a relação entre empreiteiras e governos no Brasil

As empreiteiras são agentes de territorialidade antiga na Amazônia. Chegaram a região com função definida, qual seja servir de braço direito ao Estado como viabilizadoras do território para o Capital. Os grandes eixos rodoviários e os grandes projetos/grandes objetos são expressão deste tempo-espaço marcado pela associação quase sempre promiscua entre empresas (as empreiteiras) e o Estado.

A efetivação do processo de ocupação “moderno” da Amazônia, ocorrido a partir da segunda metade do século XX, e todo o rastro de violências deixado por essa experiência, marcado pelo extermínio de indígenas e colonos/posseiros, não poderia ter sido consumado sem a associação do capital privado nacional (entenda-se grandes conglomerados da construção civil), grandes proprietários de terras (em especial: madeireiros, pecuaristas e sojeiros) e o Estado brasileiro.

A riqueza de um punhado de empresas deu-se a partir da condenação de milhares de pessoas às mais representativas mazelas sociais. E como se já não bastasse isso, políticos de partidos diversos seguem sendo acusados de corrupção por conta de possíveis desvios de dinheiro e tráfico de influência em Belo Monte. O debate sobre a corrupção é emblemático posto ser ela uma das razões de nossa (imensa) desigualdade e injustiça social (BRUM, 2015).

A corrupção representa (deve representar) fator importante para o entendimento da “formação socioespacial brasileira”. Além de ser elemento não menos importante para a interpretação das diferentes “formações econômicas” existentes no mundo capitalista. O dinheiro que se esvaia com a corrupção, é o que falta nos postos de saúde, escolas e hospitais, nas estradas e vicinais. É o que permite a perpetuação de relações de dominação e as estruturas de poder, em síntese, é o poder do atraso.

Da visibilidade do real: o crescimento dos casos de violência

Como consequência das mudanças promovidas pelo objeto técnico UHE Belo Monte à cidade de Altamira, centro urbano mais afetado pelos efeitos destruturadores do empreendimento, constatou-se um aumento nos casos de assassinatos, entre os anos de 2011 e 2014. O número de assassinatos por ano em Altamira saltou de 48 para 86 casos, representando um aumento de 80%. Para o ano de 2015 a taxa de homicídio foi de 114 por 100.000 habitantes, muito superior ao índice de homicídios considerado pela organização mundial da saúde como “não epidêmico” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/DOSSIÊ BELO MONTE, 2015). Essa taxa creditou a Altamira o título de cidade mais violenta do país.

Em relação aos municípios mais violentos, em 2015, com mais de 100 mil habitantes, Altamira, no Pará, lidera a lista, que tem representantes de Unidades Federativas das cinco regiões brasileiras [...].

[...] A forma e a velocidade como o crescimento econômico afeta o território é outro aspecto relevante. Por exemplo, um crescimento rápido e desordenado das cidades **(como aconteceu em Altamira, no rastro da construção da Usina de Belo Monte)** pode ter sérias implicações sobre o nível de criminalidade local (CERQUEIRA et al., 2017, p. 19-20, grifo nosso).

A tabela abaixo, fruto dos estudos de um grupo de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para ano de 2017, traz os 30 municípios mais violentos do país em 2015, quando se considera o quantitativo populacional superior a 100 mil habitantes.

Tabela: Os municípios mais violentos do País no ano 2015.

#	UF	Município	População	Número de Homicídio	Número de MVCI	Taxa de Homicídio	Taxa de MVCI	Taxa de Homicídio +MVCI
1	PA	Altamira	108.382	114	2	105,2	1,8	107,0
2	BA	Lauro de Freitas	191.436	177	10	92,5	5,2	97,7
3	SE	Nossa Senhora do Socorro	177.344	159	12	89,7	6,8	96,4
4	MA	São José de Ribamar	174.267	159	9	91,2	5,2	96,4
5	BA	Simões Filho	133.202	112	11	84,1	8,3	92,3
6	CE	Maracanaú	221.504	172	26	77,7	11,7	89,4
7	BA	Teixeira de Freitas	157.804	114	25	72,2	15,8	88,1
8	PR	Piraquara	104.481	83	8	79,4	7,7	87,1
9	BA	Porto Seguro	145.431	123	2	84,6	1,4	86,0
10	PE	Cabo de Santo Agostinho	200.546	147	24	73,3	12,0	85,3
11	PA	Marabá	262.085	201	15	76,7	5,7	82,4
12	RS	Alvorada	206.561	162	4	78,4	1,9	80,4
13	CE	Fortaleza	2.591.188	1729	295	66,7	11,4	78,1
14	BA	Barreiras	153.918	1	119	0,6	77,3	78,0
15	BA	Camaçari	286.919	207	16	72,1	5,6	77,7
16	PA	Marituba	122.916	94	0	76,5	0,0	76,5
17	PR	Almirante Tamandaré	112.870	72	14	63,8	12,4	76,2
18	BA	Alagoinhas	154.495	103	14	66,7	9,1	75,7
19	BA	Eunápolis	113.191	66	19	58,3	16,8	75,1
20	GO	Novo Gama	106.677	79	1	74,1	0,9	75,0
21	GO	Luziânia	194.039	143	2	73,7	1,0	74,7
22	PB	Santa Rita	134.940	100	0	74,1	0,0	74,1
23	MA	São Luís	1.073.893	758	36	70,6	3,4	73,9
24	GO	Senador Canedo	100.367	74	0	73,7	0,0	73,7
25	PA	Ananindeua	505.404	352	3	69,6	0,6	70,2
26	GO	Trindade	117.454	82	0	69,8	0,0	69,8
27	CE	Caucaia	353.932	209	38	59,1	10,7	69,8
28	PE	Igarassu	112.463	60	18	53,4	16,0	69,4
29	ES	Serra	485.376	315	21	64,9	4,3	69,2
30	BA	Feira de Santana	617.528	218	205	35,3	33,2	68,5

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios no município de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Elaboração Diest/Ipea.

Fonte: Extraído de CERQUEIRA et al.(2017).

A partir da análise da tabela cabe perguntar: Que modelo de desenvolvimento é esse que proporciona a uma cidade do interior da Amazônia ocupar o primeiro lugar em homicídios do país?

Da visibilidade do real: a reestruturação da cidade

Além dos dados e informações apresentados acima, destaca-se ainda o número de acidentes de trânsito ocorridos na cidade de Altamira entre os anos de 2011-2014, os quais saltaram de 456 ocorrências anuais para 1.169, representando um aumento de 144%. Só em 2014, o número de pacientes vítimas de acidentes de trânsito registrado no Hospital Regional de Altamira aumentou 213% quando da comparação com o ano anterior (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

A situação do saneamento é aterradora. Foram construídos 220 quilômetros de redes de esgoto e 170 quilômetros de redes de abastecimento de água, mas nenhuma casa foi ligada ao sistema. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já aplicou seis multas à Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte, pelo descumprimento de exigências relacionadas ao Licenciamento Ambiental Federal (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

Somadas, as multas ultrapassam 7,5 milhões de reais. A maior autuação ocorreu pelo descumprimento da condicionante que determinava a realização das ligações domiciliares à rede de esgoto da área urbana de Altamira, no sudoeste do Pará, até 30 de setembro de 2016. Outra multa diária foi aplicada porque a empresa não cumpriu a condicionante que exigia a realização, até outubro de 2016, das obras de urbanização e da relocação ou indenização dos moradores do Bairro Jardim Independente II atingidos pelo enchimento do reservatório da usina³⁴.

O parecer elaborado pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA apontou ainda que a empresa também falhou em disponibilizar serviços para limpeza de fossa em período integral na área urbana de Altamira até a conclusão das ligações intradomiciliares de esgoto, resultando na emissão do auto de infração no valor de R\$ 251.050,00 por dia. Outras duas multas diárias foram aplicadas porque não foram efetivados Projetos de Assistência Técnica de pesca nas reservas extrativistas e da relutância da Norte Energia, que deveria realizar o cadastramento dos moradores do Bairro Jardim Independente I, ação importante para avaliar o afluxo populacional para o local e assegurar o tratamento de impactos relacionados à operação do empreendimento. A multa mais recente, fixada em R\$ 50.050,00 por dia, foi aplicada no último dia 26 de abril (de 2017) porque a empresa não fez o pagamento retroativo da verba de manutenção e aluguel social às famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente (RAR). Desde a emissão da Licença de Operação (LO) nº 1317, em novembro de 2015, o IBAMA realizou 37 vistorias técnicas para monitorar o cumprimento das exigências do licenciamento da hidrelétrica. De acordo com o órgão, a Norte Energia já havia sido multada outras 27 vezes, em autos de infração que somavam R\$ 76.183.605,60.

A partir da análise da citação acima, cabe perguntar: Que modelo de desenvolvimento é esse proporcionado por um empreendedor que sequer é capaz de cumprir a legislação socioambiental que um empreendimento dessa envergadura requer? É esse o legado socioambiental prometido?

³⁴ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/ibama-autua-norte-energia-em-r-75-milhoes-por-descumprir-exigencias-no-licenciamento-de-belo-monte.ghtml>. Acesso em: 02 mai. 2017.

Da visibilidade do real: os impactos à educação

Segundo informações levantadas junto ao ISA (DOSSIÊ, 2015) e a FGV (Indicadores de Belo Monte, 2016), as taxas de reprovação escolar, nos cinco municípios que compõe a área direta e indireta afetada pela UHE de Belo Monte, registraram um crescimento de 40,5% no ensino fundamental, entre os anos de 2011 e 2013, e 73,5% no ensino médio, entre os anos de 2010 e 2013. Somente na cidade de Altamira, o abandono da escola por alunos do ensino fundamental sofreu um aumento de 57%, de 2011 para 2013.

Professores da rede pública municipal, das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, relatam que um grande número de adolescentes trocou a escola pelos canteiros de obras da usina. Como o custo de vida nas cidades aumentou, a partir da construção da Hidrelétrica, os alunos adolescentes e das turmas do “EJA” tiveram que abandonar as escolas para ajudar na complementação da renda familiar, prejuízo esse difícil de mensurar em curto prazo.

Da visibilidade do real: a “espoliação”³⁵ dos grandes projetos desenvolvimentistas: os casos de “deslocamento compulsório”³⁶

Como produto do complexo de obras que deu origem à UHE Belo Monte, até o momento (já que a obra segue sendo construída) mais de 8.000 famílias – cerca de 40.000 pessoas – tiveram que deixar o lugar onde viviam, trabalhavam, tinham laços de parentesco e vizinhança, memória e cotidiano. Em outras palavras, onde viviam suas espacialidades.

A população socioespacialmente atingida pelo objeto hidrelétrico, em boa parte analfabeta, só teve assistência jurídica federal no início de 2015, quando o empreendedor (a empresa Norte Energia) já se preparava para pedir ao IBAMA a “licença de operação” da usina. Ou seja, durante o processo de “remoção das famílias”, evento de maior tensão promovido por Belo Monte, quando as pessoas tiveram que sair de suas antigas moradias, propriedades e comunidades, sem receber qualquer tipo de assistência jurídica por parte do Estado, ficaram à mercê da Norte Energia e de sua equipe de dezenas de advogados.

São muitos os casos de assédio relatados pelos “removidos”, em especial, os que foram deslocados para um dos cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos já construídos na cidade de Altamira³⁷. Os movimentos sociais denunciaram em várias frentes e por diversos

³⁵ Harvey, 2004.

³⁶ Magalhães, 2007.

³⁷ Existe um sexto RUC em construção, fruto da pressão dos grupos indígenas, dos movimentos sociais e ONGs que atuam em Altamira e região.

meios (passeatas pelas ruas de Altamira; denúncias aos meios de comunicação de atuação escalar diversa; queixa ao Ministério Público Federal e até mesmo junto à Organização das Nações Unidas) o abandono, por parte do Estado brasileiro, ao qual foram submetidas as milhares de pessoas socioespacialmente atingidas pela obra.

Em que pese o foco em dois agentes historicamente mapeados, o Capital e o Estado, quando da leitura dos grandes projetos na Amazônia, é importante destacar a ação das empresas empreiteiras que atuam/atuaram em Belo Monte. Para a jornalista Eliane Brum³⁸,

O “empreendedor”, a nova roupagem, muito mais palatável, do conquistador ou colonizador, reproduz a lógica da dominação: para conquistar ou para colonizar é preciso impor ao outro a sua visão de mundo. Para conquistar e colonizar – ou para “empreender” – é preciso partir do princípio de que o outro que está lá não tem conhecimento nenhum. Ele, o “empreendedor”, é o sujeito do corpo que domina. Primeiro ao esvaziá-lo: no passado, de humanidade; no presente, de identidade. Depois, há o domínio concreto, ao tornar esse corpo aquilo que ele faz dele. Altamira vive essa realidade (BRUM, 2015).

Dados e informações levantados pelo ISA (DOSSIÊ, 2015) atestam que somente “4% dos removidos” haviam recebido, até julho de 2015, uma casa, por total falta de informação e de orientação na realização do cadastro e na negociação simulada que marcou o processo. Outros 75% receberam uma indenização que não lhes permitiu comprar uma moradia, tendo em vista a mudança no preço da terra na cidade de Altamira e região. A especulação fundiária foi intensa. Os 21% restantes receberam uma indenização em forma de carta de crédito.

A população “realocada” ou “reassentada” pela empresa responsável por Belo Monte, está distante de seu modo de vida, de seu trabalho, de seus laços de afeto e de solidariedade, da única vida que conhecia. É constituída de pescadores sem rio e sem peixe; de camponeses sem terra; de extrativistas sem florestas, tendo em vista terem sido arrancados de suas ilhas e comunidades, para serem jogados em um dos bairros fruto de Belo Monte, distante dos serviços do centro da cidade, do afeto familiar e do companheirismo proporcionado por vizinhos e demais membros do grupo social. Em outros termos, foram ceifados de uma espacialidade que lhes conferia identidade.

³⁸ Segundo ainda a jornalista, um dos poucos repórteres que acompanha desde o início as transformações socioespaciais promovidas pela UHE Belo Monte, “As histórias das ‘remoções’ lotam páginas e páginas com relatos de violências. Houve quem tivesse saído e ao voltar para casa não encontrou nada no lugar. Houve quem assinou com o dedo um papel que não sabia ler. O que atravessou o processo, além da completa omissão do governo e do abuso de poder da Norte Energia, foi o total desinteresse em compreender qual era o modo de vida das famílias que arrancavam do lugar. Entender, para começar, o que era uma ‘casa’ para elas. Para quem fez o cadastro, a ideia de casa e de cotidiano era aquela que traziam com eles de seus lugares de origem, tanto geográficos quanto de classe. É possível perceber em vários textos e discursos, inclusive da imprensa, o desprezo pelo que se chama de ‘casebres’ ou mesmo ‘palafitas’” (BRUM, 2015).

Que política de desenvolvimento é essa aplicada às sociedades por meio dos chamados “grandes projetos”? Para (HÉBETTE, 1995, p. 3-4),

A política dos “Grandes Projetos” foi uma dessas modas que conquistou o país inteiro; espalhou-se em todas as instâncias do governo até se apagar a fúria do Grande com esgotamento das energias e reservas. Poucos foram atores desse grande espetáculo; poucos até tiveram o privilégio de assisti-lo de mais ou menos perto: de longe, muito longe, ouviram o som da música e viram o fulgor das luzes. Passada a onda, muitos ficaram com os restos da festa; o que foi quebrado, o que foi jogado, o que foi rasgado, o que foi abandonado; com o sujo e o mau cheiro. De toda a parte da Amazônia, em particular, há povo que chora, trabalhadores que protestam, lideranças que denunciam, intelectuais que criticam e políticos insatisfeitos. Não é apego ao passado, romantismo ecológico, horror ao moderno. Todos querem estradas, energia, transporte e trabalho; mas não da maneira como foi feito, nem com o custo com que foi feito, nem com as consequências que estão sofrendo. Mas com senso do real, atenção à saúde, preocupação com a educação e respeito à cidadania. Enfim, com democracia.

Ao apresentar, de forma sintética, algumas das situações representativas dos densos e distintos impactos socioespaciais, promovidos pela UHE Belo Monte à escala da vida das pessoas de Altamira e região, por meio da síntese e apresentação dos diferentes assuntos aqui cobertos, buscamos evidenciar nossa estratégia metodológica, de interpretação e análise da realidade. Aí a escala cumpre função primordial, tendo em vista ser um auxílio para a reflexão, para a construção do objeto e para a pesquisa.

Não obstante, conforme CASTRO (2000; 2014), é de suma importância atentar-se para alguns cuidados metodológicos (e premissas teóricas) quando do uso da escala, a saber: a) a escala não existe, o que existe é o fenômeno; b) a escala é uma estratégia intelectual para abordar o real; c) a escala como medida é uma abstração ou convenção; d) a escolha da escala define o que é significativo no fenômeno, o que terá visibilidade; e) quando a escala muda, as variáveis significativas do fenômeno mudam; f) as variáveis explicativas para fenômenos numa escala não são transferíveis, seja para o mesmo fenômeno ou para outro, em outra escala; g) não há hierarquias entre escalas, cada escala revela um conjunto de causalidades específicas; h) a microescala não é menos complexa do que a macroescala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda construção que se dá sobre o espaço é uma construção social. E, como tal, possuidora de determinada lógica, de determinada linha de entendimento/encaminhamento das coisas e processos, da história e da produção em sentido amplo (para além do econômico). A utilização da mediadora homem-mundo, *a técnica*, permite a análise dos elementos que constroem os dados históricos, posto que toda técnica possui história, estórias.

[...] Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (SANTOS, 2004b, p. 48).

História essa em nada desprovida de intencionalidades, que possui no “grande projeto” Usina Hidrelétrica de Belo Monte um dos muitos exemplos já materializados no espaço. Exemplos de como a técnica (o fazer, o meio e/ou o objeto) proporcionam mudanças às várias escalas da existência social complexificando assim a leitura dos lugares, alterando assim a dinâmica dos territórios, modificando assim o cotidiano/ação dos agentes, redefinindo, dessa forma, o próprio espaço geográfico (SANTOS, 2002; 2004a; 2006; 2007; 2008c).

Os dramas vividos pela população atingida foram convertidos em estratégia de luta para recuperar a sociabilidade-espacialidade que havia antes da barragem; luta por voltar a “ser”, já que hoje “não se é mais”. A formação do “Conselho Ribeirinho”³⁹ é a expressão da defesa, da *permanência* de um cotidiano escalar em contraposição à certeza sobre uma *não permanência* nas novas áreas, nos novos locais destinados à população removida em virtude das obras da UHE Belo Monte, produto da reestruturação urbana e da cidade, promovida pela construção da hidrelétrica. A nova vida a que foram relegados os povos tradicionais, em nada guarda semelhança com sua vida anterior, o que torna a permanência destes, nos novos bairros, ou melhor, nas novas periferias da cidade de Altamira, um fato cada dia mais difícil, desafiador e penoso.

³⁹ Importante conquista dos movimentos sociais de Altamira e região no que concerne a uma renovada política de compensação para as grandes obras. Por meio da constituição e implantação do referido conselho, os ribeirinhos passam a comandar o processo de reterritorialização das famílias expulsas de seus territórios tendo em vista a formação do lago da UHE Belo Monte.

Essa resistência à mudança na(s) escala(s) da vida das pessoas, e os imensuráveis traumas que lhes foram causados pela violência da obra, é o que aqui chamamos de *impactos à lugaridade*. Expressa na perda de referência existencial do sujeito. Não mais existe a casa – a casa “lar”, nem o bairro – a segurança, nem a ilha – o abrigo, nem os vizinhos – o apoio, tudo se foi. Nem mesmo a antiga atividade laboral resistiu. O pescador não pesca mais, o agricultor não mais cultiva, não cria mais. Tudo fora, de maneira mais ou menos intensa, apagado, ceifado mesmo. Como recomeçar a vida? Com que força? Sobre quais propósitos? A implantação do “Conselho Ribeirinho”⁴⁰ é um sopro de esperança para esses questionamentos.

É importante dizer que, para a ciência geográfica, lugar⁴¹ e lugaridade, embora guardem relações, são indubitavelmente distintos. O lugar é um substantivo e como tal é, por sua vez, dotado de materialidade. Eu encontro o lugar. A lugaridade é um adjetivo, uma qualidade. Não é possível encontrar a lugaridade, somente encontrar-se nela. Ela é sentida, sentida por todos aqueles que um dia tiveram a oportunidade de viver um lugar, de serem apropriados por um dado espaço (LEFEBVRE, 1999). Daí a casa, a rua, o bairro, a vila não serem expressos em termos de localização, mas sim de relações. Não obstante, aqui cabe uma advertência: não existe lugar e lugaridade sem história, sem tempo-espaço vividos.

Não podemos deixar de reconhecer que o lugar compreende o espaço marcado por construções subjetivas, como relações afetivas e de pertencimento. Dessa forma nós enquanto “membros de uma comunidade, nos conectamos com o mundo por meio de lugares que geralmente possuem nomes ou uma identidade específica” (OLIVEIRA, 2012, p.22), ou seja, o lugar reúne os elementos de nossa experiência com o mundo, por meio das relações que os sujeitos mantêm com os espaços que usam (funcionalmente e simbolicamente), expressos todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo⁴².

⁴⁰ Para maiores informações sobre a implantação do Conselho Ribeirinho é importante à consulta ao seguinte sítio eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>.

⁴¹ O lugar pode ser compreendido como o espaço marcado pela experiência direta dos sujeitos em relação ao mundo e o ambiente em que se vive. Como afirma Carlos (2007, p.17) o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo, dos sentidos, dos passos de seus moradores (...) assim o lugar é o espaço vivido, conhecido, reconhecido em todos os cantos. Na concepção da autora o lugar seria a dimensão do espaço próximo, o palpável, o cotidianamente vivenciado que se constrói na relação imediata com o mundo. Em outras palavras, o lugar seria a rua, o bairro, a comunidade, o que Santos (2004b) chamou de espaço banal.

⁴² Carlos, 2007, p.14.

Daí a carga (enorme carga!) de sofrimento socioespacial provocada pelos grandes empreendimentos técnicos, quando da necessidade de deslocar, remover, quase sempre de forma compulsória, expressivo quantitativo de pessoas, grupos sociais e étnicos. A brutalidade imposta pelos “grandes objetos” (SANTOS, 1995) à vida das pessoas na Amazônia tem muito de totalitário, de desumano, de desolador.

A relação que se estabelece com determinado lugar⁴³ faz com que se origine/floresça um sentimento de pertencimento, ou seja, um vínculo afetivo entre os sujeitos ou grupos em relação a um dado espaço, que agora é o lugar de alguns. No entanto, vale ressaltar que o sentimento de pertencer a um determinado lugar é um processo histórico construído ao longo das gerações. É através do lugar que se constrói a lugaridade dos mais diversos grupos, é por meio dele que emerge a resistência ao que se apresenta como novo e ao subitamente frívolo.

Daí a importância de pensarmos em novos, distintos e múltiplos, “modelos” de objetos técnicos, para além, portanto, dos “modelos únicos”, visando, sempre, a diminuição dos impactos causados por estes a diferentes sociedades mundo afora. A proposição que caminha a partir de modelo único, tem por objetivo padronizar o mundo; homogeneizar suas sociedades. Pensar assim implica em negar o espaço como socialmente produzido (LEFEBVRE, 1999).

Pensar assim implica em negar que o espaço seja produto de inter-relações, que seja gerador de multiplicidades. Pensar dessa forma implica em não concebê-lo como gerador “do novo” (MASSEY, 2004). Pensar dessa maneira é afirmar “uma história”, “um modelo”; é negar (a existência/ocorrência de) outras experiências históricas, representativas de muitas estórias. É negar a espacialidade (do tempo) da história.

[...] O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais [...] (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

⁴³ O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. Mas se a ordem próxima não se anula com a enunciação do mundial, recoloca o problema numa outra dimensão; neste caso o lugar enquanto construção social abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço (CARLOS, 2007, p.22).

Defendemos isso, imbuídos de alguns propósitos: **primeiro**, mostrar que os impactos à escala da vida das pessoas atingidas pela construção de grandes obras de engenharia, estão intrinsecamente relacionados à condição espacial (territorialidade, lugaridade) desses sujeitos, bem como da relação que guardam com o meio em que vivem. E, portanto, é necessário considerar (e respeitar!) uma dada concepção de espaço-espacialidade, que segue sendo suprimido por estes “grandes projetos”, grandes “objetos técnicos”.

Segundo, mostrar que um “sujeito atingido”, é um “sujeito socioespacialmente atingido”. Não há que se falar em termos de separação entre “forma e conteúdo” (SANTOS, 2004b). **Terceiro**, a partir da consideração do espaço-espacialidade é possível tratar/conceber a territorialidade, a lugaridade e as distintas dimensões que envolvem as escalas da vida de uma dada sociedade.

Quarto, o ser humano não se relaciona apenas entre si, mas com o meio que o cerca. E essa relação homem-meio, possui um elemento mediador: a técnica. “*As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço* (SANTOS, 2004b, p. 29)”. As técnicas, portanto, são as maneiras pelas quais o ser humano humaniza o mundo, dotando-o de cultura, por meio do trabalho humano. Daí a construção de um mundo melhor passar pela consideração de novas técnicas, de um renovado sistema técnico.

E, **por fim**, é necessário ressaltar que a relação de um cidadão com mundo que o cerca (que o liberta e o oprime), seja este indígena, ribeirinho e/ou camponês, é marcada por particularidades e mediada por uma infinidade de técnicas e de objetos técnicos (dos quais os grandes projetos são exemplos eloquentes). Não é possível, assim, ler o espaço sem considerar a importância das técnicas; sem considerar a existência de um sistema técnico, que opera sobre o mundo a partir da ação humana. Ao ler as transformações no/do espaço é necessário considerar o papel estruturador, desestruturador das técnicas.

Os impactos ao meio (os espaços de referência imediata) e à vida das pessoas atingidas, pelo papel estruturador, desestruturador das técnicas, acabam por provocar mudanças irreversíveis junto ao cotidiano, ao modo de vida, de grupos sociais distintos, caracterizados por uma proximidade em relação aos elementos “naturais” tais como: o rio, as florestas, as regiões de serra, e etc., levando, historicamente, a dizimação física e cultural de sociedades inteiras; processo que, infelizmente, não ficou circunscrito ao passado, ao contrário, mantém-se vivo no presente.

As técnicas, os objetos técnicos, devem garantir “a inter-relação, a multiplicidade e o devir do espaço” (MASSEY, 2004), tendo vista ser o próprio espaço um híbrido, composto de formas-conteúdo representativas dos mais diversos lugares do planeta. Se concebermos os “grandes projetos” a partir desta perspectiva, teremos a chance, a possibilidade de garantir aos povos indígenas, ribeirinhos, camponeses (e demais sociedades tradicionais), aos subalternizados do campo e da cidade, em síntese, aos socioespacialmente atingidos, por grandes obras de infraestrutura, filha de intencionalidades desenvolvimentistas alheias aos locais onde se implantam, os meios para uma existência duradoura.

Só assim teremos a chance de conceber “a grandeza” desses projetos, não pelo que geram de impactos sociais e ambientais, mas sim pela valoração de seus ganhos sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, F. G. B; HAESBAERT, R. **IDENTIDADES E TERRITÓRIOS: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BAHIANA, L. C. da C. **CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA QUESTÃO DA ESCALA NA GEOGRAFIA: escalas em Geografia Urbana**. 1982. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-93.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **ESTUDO DA DIMENSÃO TERRITORIAL PARA O PLANEJAMENTO: v. III. Regiões de referência**. Brasília, MP/SPI, 2008, 146 p. IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 IBGE.

BECKER, B. **FRONTEIRA E URBANIZAÇÃO REPENSADAS**. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 3/4, p. 357-371, 1985.

BECKER, B. **A FRONTEIRA EM FINS DE SÉCULO XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia**. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990a.

_____. **GRANDES PROJETOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO TRANSNACIONAL: uma estratégia do Estado na Amazônia**. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990b.

_____. **NOVOS RUMOS DA POLÍTICA REGIONAL: por um desenvolvimento sustentável na fronteira amazônica**. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 421- 443.

_____. **AMAZÔNIA: mudanças estruturais e urbanização**. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Figueira. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

BRENNER, R. **O BOOM E A BOLHA**. Rio de Janeiro: Record, [2002] 2003.

BRUM, Eliane. **BELO MONTE, EMPREITEIRAS E ESPELHINHOS**: como a mistura explosiva entre o público e o privado, entre o Estado Brasileiro e as grandes construtoras, ergueu um monumento à violência, à beira do Xingu na Amazônia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html>. Acesso em: 07 jul. 2015.

CARLOS, A. A. **O LUGAR NO/DO MUNDO**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso em: 13 set. 2013.

CARLOS, A. F. A. **A CONDIÇÃO ESPACIAL**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, E; MOURA, E. A. F; MAIA, M. L. S. **INDUSTRIALIZAÇÃO E GRANDES PROJETOS**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Editora da UFPA, 1995.

CASTRO, I. E. O PROBLEMA DA ESCALA NA GEOGRAFIA. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **GEOGRAFIA: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.

CASTRO, I. E. ESCALA E PESQUISA NA GEOGRAFIA: problema ou solução? **ESPAÇO ABERTO**, PPGG – UFRJ, V. 4, N. 1, p. 87-100, 2014.

CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE. **Relatório do Processo de Reconhecimento Social**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

CORRÊA, R. L. ESPAÇO: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **GEOGRAFIA: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. O CAPITAL PORTADOR DE JUROS: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **FINANÇA MUNDIALIZADA**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DAMIANI, L.D, CARLOS, A.F.A, SEABRA, O.C.L (Org). **O ESPAÇO NO FIM DE SÉCULO**: a nova raridade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para as periferias dos centros urbanos**: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens frente às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 344f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, SP: UNESP, 2009.

GONÇALVES, R. **DESENVOLVIMENTO ÀS AVESNAS**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GRAMSCI, A. **CADERNOS DO CÁRCERE**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAESBAERT, R. **O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO**: do fim dos territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE**. Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005, p. 6774-6792.

HARVEY, D. **O NOVO IMPERIALISMO**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **LIMITS TO CAPITAL**. London: Verso, [1982] 2006.

_____. **A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA**. São Paulo: Edições Loyola, [1989]1992.

HIRSCH, J. FORMA POLÍTICA, INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ESTADO. **CRÍTICA MARXISTA**, n. 24 / 25 (publicado em duas partes), p. 9-36 e p. 47-73. [1994] 2007.

INDICADORES DE BELO MONTE, disponível em: <http://indicadoresdebelomonte.eco.br/>, acessado em 06 de janeiro de 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA), de 14 de outubro de 2010, disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/>, acessado em 11 de fevereiro de 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **DOSSIÊ BELO MONTE**: não há condições para a licença de operação. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015.

CERQUEIRA *et al.* **ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017**. Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2017.

LEFEBVRE. H. **A REVOLUÇÃO URBANA**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**. Tradução MARTINS et al. Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006.

MACHADO, A. M. F; PEREIRA, B. R. e RAMOS, L. O. **USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE: implicações institucionais, econômicas e socioambientais**. Casoteca Direito GV – produção de casos 2011. Disponível em: <http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/belo_monte_narrativa.pdf>. Acesso em>. 15 mar. 2012.

MAGALHÃES, S. B. **LAMENTO E DOR**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém: UFPA, 2007.

MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. **ANAIIS... DO SEMINÁRIO DE PESQUISA DO OESTE DO PARANÁ**. Cascavel: UNIOESTE, 1991.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O ESPAÇO DA DIFERENÇA**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

_____. FILOSOFIA POLÍTICA DA ESPACIALIDADE: algumas considerações. **Revista GEOgraphia**, Ano VI, n. 12. Niterói/RJ: UFF/EGG, 2004.

_____. **PELO ESPAÇO**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A. escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? **Revista Terra Livre**, ano 23, v. 2, n. 29, p. 133-144, 2007.

NORTE ENERGIA. **PROJETO BÁSICO AMBIENTAL**. Versão Final, setembro de 2011.

RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY, V. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 45, n. 1, p. 133-135, 1983.

SANTOS, M. OS GRANDES PROJETOS: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E; MOURA, E. A. F; MAIA, M. L. (Orgs.). **INDUSTRIALIZAÇÃO E GRANDES PROJETOS**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Editora da UFPA, 1995. p. 13 – 20.

_____. **SOCIEDADE E ESPAÇO**: a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, n. 54, 1977.

_____ et al. **O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA**: um manifesto. Florianópolis: XII Encontro Nacional dos Geógrafos, 2000. Disponível em: http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf. Acesso em: 13 set. 2010.

_____. **POR UMA GEOGRAFIA NOVA:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **ECONOMIA ESPACIAL:** críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo, Edusp, 2003.

_____. **PENSANDO O ESPAÇO DO HOMEM.** 5 ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. **A NATUREZA DO ESPAÇO:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

_____. **DA TOTALIDADE AO LUGAR.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO:** do pensamento único à consciência universal. 13 ed. Rio de Janeiro Record, 2006.

_____. **O ESPAÇO DO CIDADÃO.** 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **TÉCNICA, ESPAÇO E TEMPO:** globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **ESPAÇO E MÉTODO.** 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: 2008c.

SOJA, E. W. **GEOGRAFIAS PÓS-MODERNAS:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. de. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papius, 2000. p. 132 – 175.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. da. Pensando a Concepção de Amazônia. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **PANORAMA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA I.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 355- 364.